

As Cruzadas

THOMAS
ASBRIDGE

TRADUÇÃO

Francisco Silva Pereira

CRÍTICA

Para o meu pai,
Gerald Asbridge

Índice

<i>Lista de mapas</i>	11
Prefácio	19
Introdução	25
PARTE I: A CHEGADA DAS CRUZADAS	
1 Guerra santa, Terra Santa	53
2 Provações sírias	80
3 A cidade sagrada	104
4 Formação dos Estados Cruzados	128
5 Outremer	172
6 Renascimento das Cruzadas	202
PARTE II: A RESPOSTA DO ISLÃO	
7 Renascimento muçulmano	227
8 A luz da fé	239
9 A riqueza do Egito	263
10 Herdeiro ou usurpador	281
11 O sultão do islão	309
12 Guerreiro sagrado	328
PARTE III: AS PROVAÇÕES DOS PALADINOS	
13 Apelo à Cruzada	355
14 O conquistador desafiado	376
15 A chegada dos reis	410
16 <i>Coração de Leão</i>	435

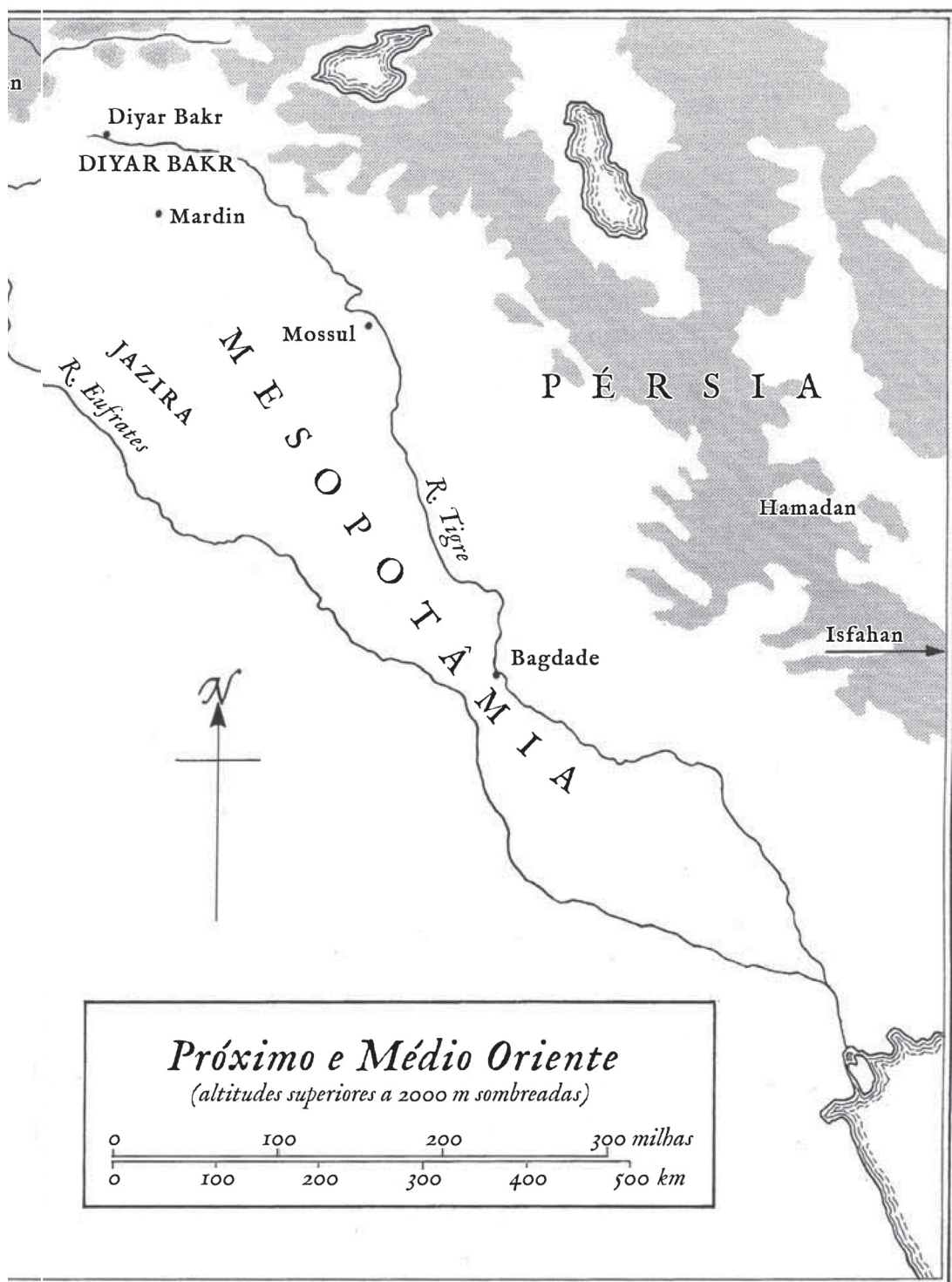
17	Jerusalém	454
18	Resolução	473
PARTE IV: A LUTA PELA SOBREVIVÊNCIA		
19	Rejuvenescimento	493
20	Novos caminhos	522
21	Um santo em guerra	547
PARTE V: VITÓRIA NO ORIENTE		
22	<i>Leão do Egito</i>	579
23	A Terra Santa recuperada	604
CONCLUSÃO		
	O legado das Cruzadas	623
	<i>Agradecimentos</i>	645
	<i>Cronologia</i>	647
	<i>Notas</i>	649
	<i>Índice remissivo</i>	693

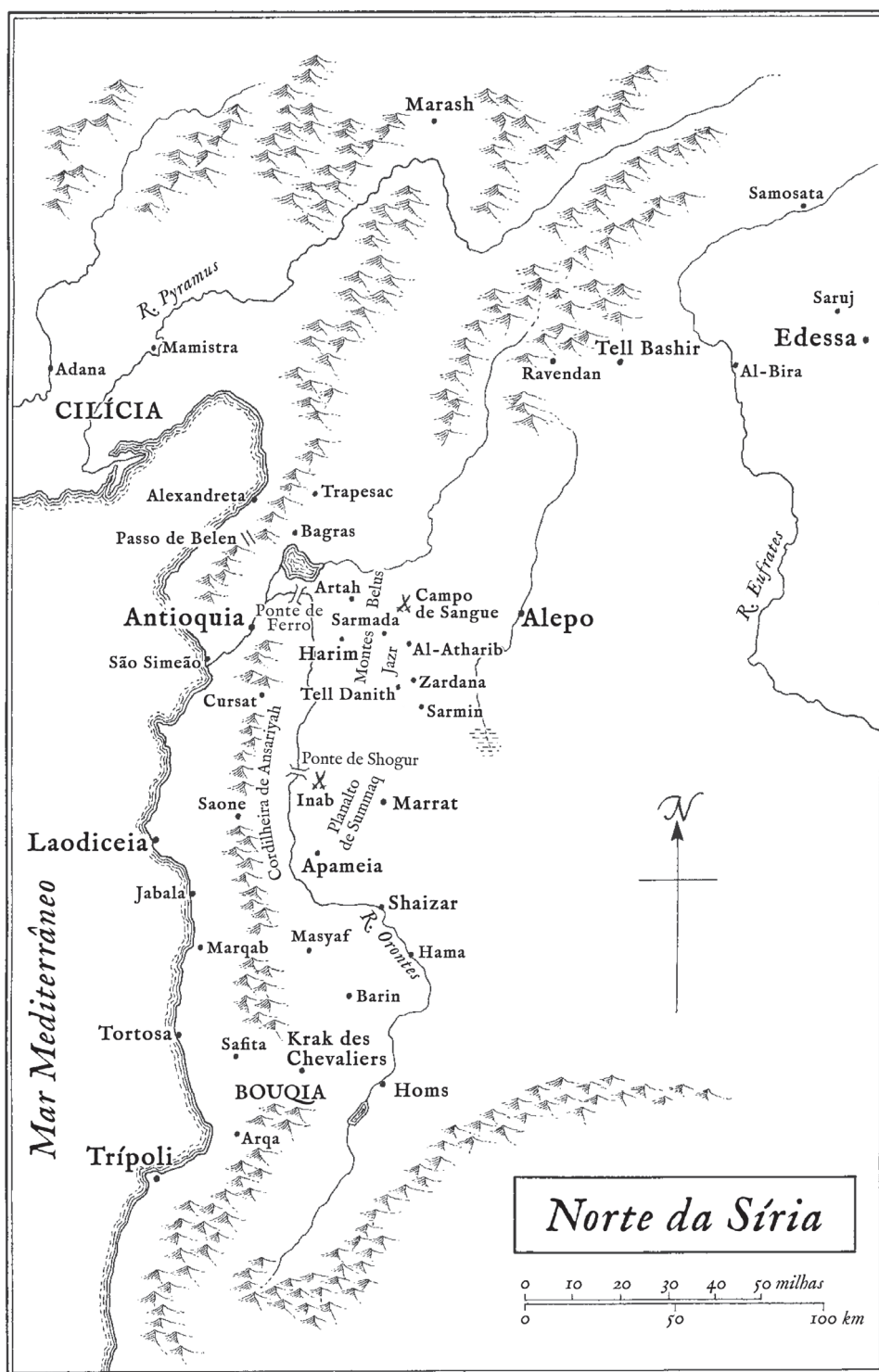
Lista de mapas

Europa Ocidental e Mediterrâneo	12
Próximo e Médio Oriente	14
Norte da Síria	16
Palestina e Sul do Líbano	17
Egito	18
O trajeto dos Primeiros Cruzados até à Terra Santa	69
A cidade de Antioquia.	83
A cidade de Jerusalém.	108
Os Estados Cruzados no início do século XII.	170
Campanha de Saladino em Hattin – julho de 1187	337
O cerco de Acre durante a Terceira Cruzada	384
A marcha de Ricardo <i>Coração de Leão</i> de Acre a Jafa (1191)	440
A Terceira Cruzada: caminhos para Jerusalém.	458
Os Estados Cruzados no início do século XIII	509
Delta do Nilo	525
Mamelucos e mongóis em 1260	585

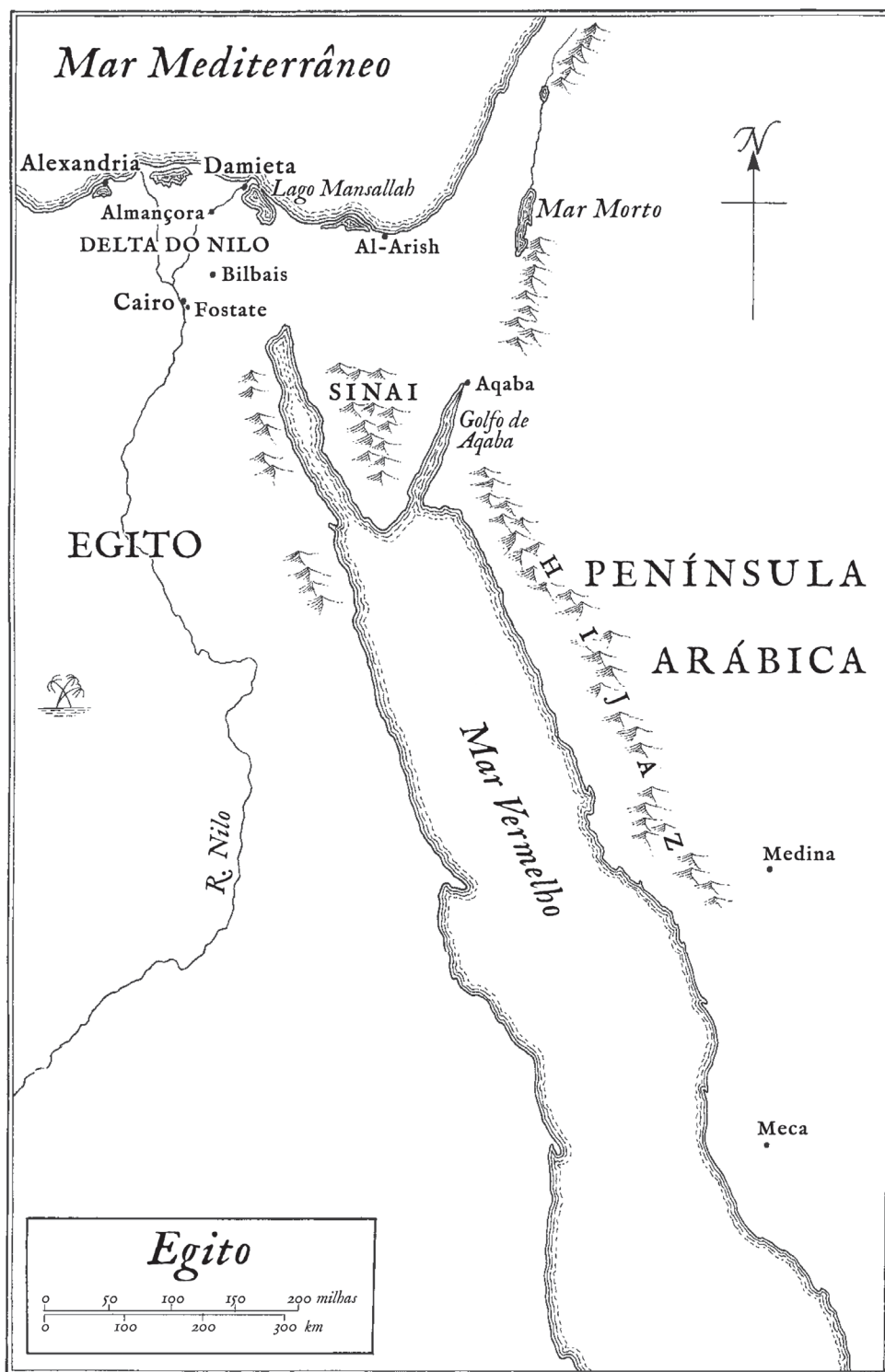












Prefácio

Recentemente, tive a sorte de viajar pelo Próximo Oriente, Médio Oriente e Europa, para filmar uma série documental para a BBC baseada neste livro. Embora alguns dos locais que visitei fossem novidade, a maioria era-me familiar graças a viagens anteriores relacionadas com as minhas décadas de investigação sobre a história das Cruzadas. Todavia, em todos os lugares, tive a forte sensação de que me encontrava envolvido em algo que, para mim, era novo, desafiador e profundamente esclarecedor. Estava a tentar transmitir a minha interminável paixão pelas Cruzadas – contar a história dessas guerras santas – nos mesmos lugares em que o drama (e, por vezes, o horror) desses acontecimentos se desenrolara.

Ao longo dos anos, em inúmeras palestras e aulas, procurei transmitir essa amálgama febril de fé e violência que motivou a Primeira Cruzada, porém, estar no Santo Sepulcro de Jerusalém é completamente diferente de descrever a alegria piedosa que os cruzados sentiram quando, finalmente, entraram neste mais sagrado dos santuários cristãos em 1099. E tive a mesma eletrizante sensação de comunhão no interior da Mesquita de Al-Aqsa, enquanto descrevia como o grande sultão Saladino chorou ao liderar a oração de sexta-feira, naquele mesmo edifício, em 3 de julho de 1192, transtornado por ter de abandonar Jerusalém.

Não diria que estas experiências, de certo modo, me proporcionaram percepções únicas ou inovadoras a respeito da era das Cruzadas ou que, de repente, me encontro, agora, numa melhor posição para obter uma compreensão empática dos protagonistas envolvidos. No fim, um local por si só (amiúde alterado em relação ao seu estado medieval) apenas nos pode levar até determinado ponto, e há que regressar às fontes históricas, sejam textuais

ou materiais. Mas a minha imaginação foi desperta, e o meu entusiasmo pela história cruzada – já de si uma obsessão durante consideravelmente mais de metade da minha vida – recebeu uma nova energia. Em particular, fui levado a refletir sobre as formas como lembramos, e por vezes esquecemos, acontecimentos.

Há poucas semanas, entrei na Sainte-Chapelle – o imponente santuário construído por Luís IX, de França, no coração de Paris – uma hora antes do amanhecer. Aquela estrutura foi um milagre tecnológico na sua época; construída para receber a valiosa coleção de relíquias da Paixão de Luís (entre as quais, a coroa de espinhos de Cristo), as suas delicadas colunas de pedra e altas abóbadas suportam extensões aparentemente impossíveis de vibrantes vitrais. Normalmente apinhada de visitantes, todos paralisados pela sua beleza e pelo seu esplendor gótico, a capela encontrava-se escura e deserta. Quando o Sol nasceu e a luz começou a entrar lentamente por aquelas janelas deslumbrantes, fui atingido pela rara certeza de que o rei Luís – um homem que dedicou a sua vida à guerra pela Terra Santa há mais de setecentos anos – havia percorrido aquele mesmo espaço. A Sainte-Chapelle sobrevive como um talismã em memória de Luís, evocando a sua inabalável dedicação religiosa; é um ícone célebre da história francesa e de identidade nacional. Mas existem outros lugares, tão intimamente associados quanto este à vida do monarca cruzado, que foram praticamente esquecidos.

Almançora, no delta do Nilo, onde Luís travou uma batalha épica pelo controlo do Egito no século XIII, é agora uma extensa cidade industrializada. De modo bastante improvável, o local do acampamento cruzado de Luís junto ao Nilo permanece como uma bolsa isolada e abandonada de terras agrícolas, com vista para três chaminés que cospem nuvens de nocivo fumo amarelo. Ninguém ali vai para ver – muito menos filmar – o lugar onde o exército cristão foi esmagado pelo emergente poder mameluco, e onde o próprio rei se veria desarmado por um caso tão extremo de disenteria que teve de abrir um buraco nas suas calças. Foi uma experiência peculiarmente chocante, mas comovente, estar naquele local e descrever para a câmara como, ao entardecer de 4 de abril de 1250, cruzados feridos e abandonados tentaram desesperadamente arrastar-se até aos poucos navios ainda ancorados na margem do rio quando os muçulmanos invadiram o seu acampamento, apenas para se verem perseguidos e chacinados sem piedade.

Conheci uma sensação semelhante – de ressuscitar brevemente um momento esquecido do passado distante – ao contar a história de outro

massacre, desta feita, levado a cabo pelos cruzados, nas planícies arenosas para lá da cidade de Acre, no Norte de Israel. Tendo passado vários anos envolvido num estudo particularmente minucioso de todos os relatos na primeira pessoa deste acontecimento em particular, talvez eu esteja um pouco familiarizado em demasia com os pormenores assustadores e terríveis de como, a meio da Terceira Cruzada, Ricardo *Coração de Leão* levou cerca de 2700 cativos muçulmanos para fora da cidade e, depois, os matou a sangue-frio. Para mim, pelo menos, foi impossível não refletir sobre a terrível sensação de medo e confusão que devia reinar entre aqueles prisioneiros momentos antes da sua morte; antes de os cruzados se abaterem sobre eles «com golpes de punhal e de espada», como refere uma testemunha.

É claro que um dos principais objetivos do meu trabalho tem sido o de realçar que as Cruzadas não foram simplesmente um incessante catálogo de batalhas e campanhas. É demasiado fácil, através de uma apresentação selecionada de evidência, encarar tudo isto como uma era de «guerra total» entre o islão e o Ocidente; uma era de conflito amargo, alimentado por um ódio entranhado e ciclos de violência recíproca. Esta é certamente a visão das Cruzadas usada para promover a ideia de um inevitável choque de civilizações entre a Europa e o mundo muçulmano. Mas, no decorrer da guerra pela Terra Santa, a realidade pragmática e a conveniência política, militar e mercantil fizeram com que colonos «cruzados» dessem por si em frequente contacto com os povos nativos do Levante, incluindo muçulmanos. Como tal, as Cruzadas criaram um dos ambientes fronteiriços onde os europeus foram capazes de interagir com, e absorver, a cultura «oriental». Não se tratava de um ambiente acolhedor e de harmoniosa concórdia, mas, tendo em conta as realidades predominantes no mundo em geral, tal não deveria ser uma surpresa. O próprio Ocidente medieval era assolado por uma rivalidade entre cristãos e intermináveis confrontos marciais; uma intolerância social e religiosa endémica também estava em ascensão. Segundo estes padrões, a desconfortável combinação de contacto e conflito visível no Levante «cruzado» não era nada de especial.

Um dos maiores benefícios de trabalhar nesta série de televisão foi o de me permitir um acesso privilegiado aos resquícios físicos – ou cultura material – da era das Cruzadas medievais, muitos dos quais nos transmitem essa noção de contacto intercultural. Como um estudioso acostumado a observar o passado principalmente por intermédio de evidências textuais, é extremamente emocionante lidar com objetos sobreviventes dessa época, em

especial com os pertencentes à vida quotidiana. Em Israel, dei por mim a examinar uma série de moedas «cruzadas» cunhadas por colonos cristãos ocidentais no Próximo Oriente, que iam desde peças de cobre bastante toscas – uma das quais poderia ter comprado alguns pães – a preciosas emissões de ouro. A mais fascinante foi uma série que, à primeira vista, se assemelhava a moedas islâmicas, repleta de inscrições em árabe e alegadamente emitida pelo califa egípcio Al-Amir, que governou entre 1101 e 1130. Na realidade, tratava-se de «falsificações», produzidas por governantes cristãos numa imitação das moedas de ouro muçulmanas (com peso ligeiramente inferior) ou para permitir que os colonos se inserissem mais rápida e facilmente no tecido comercial do Levante. O facto de – em plena era das Cruzadas – os colonos ocidentais estarem a cunhar moedas com texto islâmico (e algumas até ostentavam o nome do profeta Maomé) diz muito sobre a importância do comércio transcultural e a capacidade de a necessidade levar a melhor sobre a ideologia.

Acedi, igualmente, na Biblioteca Britânica, a um dos seus maiores tesouros: o saltério de Melisenda. Provavelmente, este pequeno e delicado livro de orações foi idealizado na década de 1130 como um presente para a rainha Melisenda, de Jerusalém, por parte do seu marido, o rei Fulque. Efetivamente, pode muito bem ter sido uma oferta de paz, destinada a ajudar a acalmar as águas depois de o casal se ter envolvido numa disputa matrimonial que quase acabava numa guerra civil declarada. Este artefacto excecionalmente belo é um testemunho da capacidade de fusão cultural nos Estados Cruzados. Produzido por, pelo menos, sete artesãos, exhibe elementos de influência inglesa, francesa, bizantina, cristã oriental e até islâmica. Talvez o mais espectacular de tudo sejam as suas capas de marfim, atualmente conservadas à parte do resto do livro de orações. Talhadas com minuciosos pormenores e incrustadas com pedras semipreciosas, retratam cenas de realeza e piedade cristã: numa, episódios da vida do próprio rei David, incluindo o confronto com Golias; na outra, um monarca (provavelmente, o próprio Fulque) a envergar trajes imperiais bizantinos para parecer mais magistral, envolvido em diversos atos de devoção e caridade, desde vestir os pobres até cuidar dos doentes. Uma excelente reprodução desta última capa pode ser vista no extratexto deste livro. O que torna este objeto tão cativante é o facto de nos pôr em contacto com a história pessoal do reinado conjunto de Melisenda e Fulque, mas também nos revela algo sobre o mundo mais amplo em que viveram.

Um dos objetivos da série da BBC foi o de responder à mais fundamental das perguntas: como sabemos isso? Para o fazer, regressei a um conjunto de manuscritos medievais – muitas vezes, à cópia sobrevivente mais antiga em qualquer lugar do mundo – para revelar as fontes históricas que usamos para reconstruir a era das Cruzadas. Talvez o maior golpe de sorte tenha sido entrar no arquivo da Mesquita de Al-Aqsa, em Jerusalém, para analisar uma cópia do início do século XIII da biografia de Saladino, escrita por Baha al-Din. Trata-se de um documento fantasticamente informativo, que lança uma luz ímpar sobre a personalidade de Saladino e o decurso do seu confronto com Ricardo *Coração de Leão* durante a Terceira Cruzada, escrito por um homem que conhecia bem o sultão e presenciou muito do que descreveu. E o que torna o manuscrito de Al-Aqsa tão especial é que, quase de certeza, não se tratava de uma cópia posterior, como a maioria dos textos medievais, mas de um original, escrito pelo próprio Baha al-Din. Pegar-lhe e perceber que tinha nas minhas mãos a obra de um dos íntimos de Saladino foi simplesmente extraordinário.

A última linha de evidências incluída na série foi a extraída da arqueologia. Faz apenas quatro dias, sob o sol escaldante do deserto, que visitei as ruínas do castelo de Al-Wu'ayra (conhecido, no Ocidente, como o Vale de Moisés) – uma pequena fortificação «cruzada» do século XII nos arredores da antiga Petra (Jordânia). Durante as primeiras fases da colonização ocidental, os cristãos europeus tentaram instalar-se nesta região isolada e inhóspita, mas a adaptação a um ambiente tão desconhecido revelou-se uma tarefa bem difícil. As escavações descobriram dezasseis sepulturas abertas na rocha no interior da fortaleza deste período, e a análise dos restos humanos esqueléticos que as mesmas continham sugere que os colonos foram incapazes de colher frutas e vegetais frescos suficientes para equilibrar a sua dieta e que a sua pele relativamente pálida também indicava um défice de ácido fólico. Em Al-Wu'ayra, examinei os fragmentos frágeis do crânio de um bebé que, faz tantos séculos, havia morrido entre os seis e os nove meses. Os ossos apresentavam fortes evidências das lesões (deformações quase esponjosas) associadas a uma extrema deficiência de vitamina C, ou escorbuto.

O trabalho de adaptar este livro a uma série documental deu-me enorme regozijo e sinto-me imensamente privilegiado por me ver envolvido num projeto tão notável. Certamente que esta experiência enriqueceu a minha compreensão das Cruzadas e aprofundou o meu amor por esta época da nossa História. Espero que, ao revelar o que atualmente sobrevive do mundo

Thomas Asbridge

habitado pelos cruzados e muçulmanos que travaram a guerra medieva pela Terra Santa – recorrendo ao sentido de lugar e às evidências de textos, da cultura material e da arqueologia –, surja uma série de televisão que faz justiça a este tão fascinante, mas também provocante, tema.

Thomas Asbridge
6 de novembro de 2011
West Sussex

Introdução

O mundo das Cruzadas

Há novecentos anos, os cristãos da Europa travaram uma série de guerras santas, ou Cruzadas, contra o mundo muçulmano, lutando pelo domínio de uma região sagrada para ambas as fés – a Terra Santa. Esta luta sangrenta arrastar-se-ia por dois séculos, redefinindo a história do islão e do Ocidente. No decorrer destas monumentais expedições, centenas de milhares de cruzados percorreram a face do mundo conhecido para conquistar e, depois, defender uma faixa isolada de território centrada na cidade sagrada de Jerusalém. Foram liderados por gente como Ricardo *Coração de Leão*, rei guerreiro de Inglaterra, e o santo monarca de França, Luís IX, para combater em cercos extenuantes e temíveis batalhas; percorrendo florestas verdejantes e desertos áridos, experienciando fome e doenças, encontrando os lendários imperadores de Bizâncio e marchando ao lado dos temíveis cavaleiros templários. Aqueles que morriam eram considerados mártires, enquanto os sobreviventes acreditavam que as suas almas haviam sido limpas de pecado pela tempestade do combate e pelas provações da peregrinação.

O advento destas Cruzadas levou o islão a agir, redespertando uma dedicação à causa da *jihad* (guerra santa). Muçulmanos da Síria, do Egito e do Iraque lutaram para expulsar os seus inimigos cristãos da Terra Santa – liderados pelo impiedoso senhor da guerra Zênghi e pelo poderoso Saladino; fortalecidos pela ascensão do sultão Baybars e pela sua elite de soldados-escravos mamelucos; por vezes, auxiliados pelas intrigas dos implacáveis Assassinos. Anos de conflito deram inevitavelmente origem a uma maior familiaridade, de quando em quando, até a um relutante respeito e a um contacto pacífico, possível graças a tréguas e ao comércio. Mas, com as décadas, as chamas do conflito continuaram a arder e a maré virou lentamente

a favor do islão. Embora o sonho da vitória cristã continuasse vivo, o mundo muçulmano prevaleceu, assegurando uma posse duradoura de Jerusalém e do Próximo Oriente.

Esta história dramática sempre inflamou a imaginação e alimentou o debate. E, ao longo dos séculos, as Cruzadas têm sido alvo de interpretações surpreendentemente variadas: apresentadas como prova da loucura da fé religiosa e da selvajaria básica da natureza humana ou promovidas como expressões gloriosas da intrepidez cristã e do colonialismo civilizador. Apresentadas, igualmente, como um episódio sombrio na história da Europa – quando hordas vorazes de gananciosos bárbaros ocidentais lançaram ataques ambiciosos e não provocados contra os civilizados inocentes do islão – ou defendidas como guerras justas desencadeadas pela agressão muçulmana e levadas a cabo para recuperar território cristão. Os próprios cruzados foram descritos como brutos famintos de terras e soldados peregrinos inspirados por uma devoção fervorosa; e os seus rivais muçulmanos retratados como opressores cruéis e tirânicos, fanáticos ardentes ou modelos devotos de honra e clemência.

As Cruzadas medievais também têm sido usadas como espelho do mundo contemporâneo, tanto pela criação de ténues associações entre os acontecimentos recentes e o passado distante, como pela prática duvidosa de um paralelismo histórico. Assim, durante o século XIX, franceses e ingleses apropriaram-se da memória das Cruzadas para afirmar a sua herança imperial; ao passo que os séculos XX e XXI assistiram a uma tendência cada vez mais pronunciada em algumas partes do mundo muçulmano para equiparar as atuais lutas políticas e religiosas às guerras santas testemunhadas nove séculos antes.

Este livro explora a história das Cruzadas segundo as perspetivas cristã e muçulmana – centrando-se, em particular, na disputa pelo controlo da Terra Santa – e examina o modo como os contemporâneos medievais viveram e recordaram as Cruzadas*. Baseia-se no extraordinariamente rico

* Mesmo na era contemporânea, muitas histórias das Cruzadas escritas por estudiosos «ocidentais» têm sido coloridas (consciente ou inconscientemente) por um certo grau de preconceito, visto que a maioria apresenta esta época segundo o ponto de vista cristão. Esta parcialidade inata pode manifestar-se de uma forma relativamente subtil – na decisão de descrever o resultado de uma batalha como uma vitória ou derrota, um triunfo ou desastre. Neste livro, que se encontra dividido em cinco partes, tentei deliberadamente contrariar esta tendência ao transferir o ponto de vista do cristão europeu ocidental para o muçulmano do

manancial de evidências escritas disponíveis (ou fontes primárias) da Idade Média: crônicas, cartas e documentos legais, poemas e canções; registadas em línguas tão diversas como latim, francês antigo, árabe, hebraico, arménio, siríaco e grego. Além destes textos, o estudo dos vestígios materiais – dos imponentes castelos à delicada arte manuscrita e às minúsculas moedas – lançou uma nova luz sobre a era das Cruzadas. Em toda a sua extensão, a pesquisa original foi informada pela grande expansão da erudição contemporânea neste campo que temos presenciado nos últimos cinquenta anos¹.

Condensar a história das Cruzadas à Terra Santa entre 1095 e 1291 num único volume acessível constitui um enorme desafio, mas oferece-nos enormes oportunidades, a possibilidade de acompanhar toda a abrangência dos acontecimentos, revelando a realidade visceral da experiência humana – por meio da agonia e exultação, do horror e triunfo; de cartografar as mudanças da sorte e das percepções do islão e da cristandade. Também nos permite lançar uma série de perguntas cruciais, interligadas e abrangentes a respeito destas históricas guerras santas.

As questões ligadas às origens e causas da guerra pela Terra Santa são de fundamental importância. Como é que duas das maiores religiões do mundo chegaram ao ponto de defender a violência em nome de Deus, convencendo os seus seguidores de que lutar pela sua fé lhes abriria os portões do Céu ou do Paraíso? E por que motivo milhares de cristãos e muçulmanos responderam ao apelo à Cruzada e à *jihad*, sabendo muito bem que poderiam enfrentar um intenso sofrimento e até a morte? Torna-se igualmente imperativo ponderar se a Primeira Cruzada, lançada no final do século XI, foi um ato de agressão cristã e o que terá perpetuado o ciclo de violência religiosa no Próximo Oriente durante os duzentos anos que se seguiram.

Os resultados e o impacto destas guerras santas são igualmente importantes. A era das Cruzadas foi um período de discórdia total – produto de um inevitável «choque de civilizações» – ou um período que revelou uma capacidade de coexistência e contacto intercultural construtivo entre a cristandade e o islão? Devemos perguntar quem, no fim, ganhou a guerra pela Terra Santa e porquê, mas ainda mais urgente é a questão de como esta época de conflito afetou a História e por que motivo estas lutas antigas parecem continuar a lançar uma sombra sobre o mundo até aos dias de hoje.

Próximo Oriente em cada secção principal. O núcleo do livro, que cobre a Terceira Cruzada, alterna entre os seus dois principais protagonistas – Saladino e Ricardo *Coração de Leão*.

EUROPA MEDIEVAL

No ano 1000, o condado de Anjou (no Centro-Oeste de França) era governado por Fulque Nerra (987-1040), um cruel e voraz senhor da guerra. Fulque passou a maior parte dos seus cinquenta e três anos no poder envolvido numa batalha quase constante: lutando em todas as frentes para manter o controlo do seu condado rebelde; conspirando para manter a sua independência da débil monarquia francesa; e atacando os seus vizinhos em busca de saques e terras. Era um homem habituado à violência, dentro e fora do campo de batalha – capaz de queimar a própria mulher na fogueira por adultério e de orquestrar o implacável assassinio de um cortesão real.

Não obstante todo o sangue que tinha nas mãos, Fulque era também um cristão convicto – alguém que reconhecia que os seus modos brutais revelavam-se, de acordo com os princípios da sua fé, inerentemente pecaminosos e, como tal, poderiam levar à sua condenação eterna. Numa carta, o próprio conde admitia que havia «causado muito derramamento de sangue em várias batalhas» e, como tal, estava «aterrorizado pelo medo do inferno». Na esperança de purificar a sua alma, realizou três peregrinações a Jerusalém, a mais de três mil quilómetros de distância. Na última dessas viagens, já um homem idoso, Fulque teria sido levado nu ao Santo Sepulcro – o local da morte e ressurreição de Jesus – com uma coleira no pescoço, enquanto era espancado pelo seu servo e implorava o perdão de Cristo².

O que levou Fulque Nerra a gestos tão drásticos de arrependimento e por que motivo a sua história se encontra repleta de uma turbulência selvagem? Mesmo os seus coetâneos estavam chocados com o sadismo desenfreado e os extravagantes atos de devoção do conde, pelo que a sua carreira foi evidentemente um exemplo extremo da vida medieval. Mas as suas experiências e mentalidade eram um reflexo das forças que definiram a Idade Média e deram origem às Cruzadas. E seriam pessoas como Fulque – incluindo muitos dos seus próprios descendentes – que estariam na linha da frente destas guerras santas.

A Europa Ocidental no século XI

À semelhança de Fulque Nerra, muitos dos que se encontravam naquele mundo do início do século XI receavam estar a viver os sombrios

e desesperados últimos dias da humanidade. O pavor apocalíptico atingiu o seu auge no início da década de 1030, quando se pensava que o aniversário do milénio da morte de Jesus pressagiaria o Juízo Final. Um cronista escreveu a respeito desta época: «As regras que governavam o mundo foram substituídas pelo caos. Eles souberam então que o [Fim dos Dias] havia chegado.» Em si, esta ansiedade palpável ajuda a explicar a mentalidade penitente de Fulque. Mas, no que dizia respeito ao conde e aos seus coetâneos, nem sempre havia sido assim. Existia uma memória coletiva de um passado mais pacífico e próspero; de uma idade de ouro na qual os imperadores cristãos governavam em nome de Deus, trazendo a ordem ao mundo em conformidade com a Sua divina vontade. Este ideal um tanto vagamente imaginado não era de forma alguma uma lembrança perfeita da história da Europa, mas continha alguns fragmentos de verdade.

O domínio imperial romano havia proporcionado estabilidade e riqueza ao Ocidente até ao final do século IV d. C. No Oriente, o Império Romano resistiria até 1453, sediado na notável cidade de Constantinopla, fundada em 324 por Constantino, o *Grande* – o primeiro imperador a converter-se ao cristianismo. Atualmente, os historiadores referem-se a este duradouro reino como Bizâncio. No Ocidente, entre os séculos V e VII, o poder recaiu sobre um desconcertante conjunto de tribos «bárbaras», mas, por volta do ano 500, um destes grupos – os francos – estabeleceu o controlo sobre o Nordeste da Gália, dando origem a um reino conhecido como Francia (do qual a atual nação da França recebeu o nome)*. Por volta de 800, um descendente desses francos, Carlos Magno (768-814), havia unido uma faixa tão extensa de território – abrangendo grande parte das atuais França, Alemanha, Itália e dos Países Baixos – que poderia reivindicar o título há muito adormecido de imperador do Ocidente. Carlos Magno e os seus sucessores, os carolíngios, presidiram a um breve período de segurança renovada, mas o seu império desmoronou-se sob o peso de disputas sucessórias e repetidas invasões de viquingues escandinavos e de magiares do Leste europeu. A partir

* A França revelou-se um importante centro de entusiasmo e recrutamento para as Cruzadas quando as guerras pela Terra Santa começaram em 1095. Não obstante, nem todos os cruzados eram franceses, mas os contemporâneos que escreveram sobre esta época – especialmente aqueles que, como os muçulmanos, se encontravam fora da Europa Ocidental – revelaram uma propensão para rotular todos os participantes cristãos nestas guerras santas como «francos» (em árabe, *Ifranj*). Como tal, tornou-se prática comum descrever os cruzados e os europeus ocidentais que se estabeleceram no Próximo Oriente como francos.

da década de 850, a Europa viu-se de novo dilacerada pela fragmentação política, pela guerra e pela agitação. Em pé de guerra, os reis germânicos ainda faziam por reivindicar o título imperial, ao passo que em França uma casa real sobrevivia num estado desesperadamente emasculado. No século XI, Constantino e Carlos Magno haviam-se tornado lendas, encarnações de uma era distante. No decurso da história medieval europeia, muitos reis cristãos procuraram emular e imitar as suas alegadas conquistas – entre os quais alguns que viriam a lutar nas Cruzadas.

Na época de Fulque Nerra, o Ocidente estava a emergir gradualmente desta era de declínio pós-carolíngio (apesar das previsões do Armagedão), mas, em termos de poder político e militar e de organização social e económica, a maioria das regiões ainda se encontrava extremamente fragmentada. A Europa não estava dividida em estados-nação no sentido moderno da palavra. Em seu lugar, países como Alemanha, Espanha, Itália e França encontravam-se segmentados em muitas unidades menores, governadas por senhores da guerra, a maior parte dos quais ligada apenas por ténues laços de associação e lealdade a um monarca coroado. À semelhança de Fulque, estes homens tinham títulos como *dux* e *comes* (duque e conde), que remontavam aos tempos romanos e carolíngios, e provinham das fileiras de uma aristocracia militar nascente – essa cada vez mais dominante classe de guerreiros bem equipados e semiprofissionais que viriam a ser conhecidos como cavaleiros.

A Europa do século XI não se encontrava num estado de anarquia total, mas a violência voraz das rixas e vinganças era comum e a ausência de lei era endémica. A sociedade estava extremamente localizada. O domínio da natureza sobre o Ocidente ainda não afrouxara, com vastas faixas de terra ainda cobertas de florestas ou por cultivar, e a maioria dos principais sistemas viários remontava à Roma imperial. Num mundo como este, era comum alguém passar pela vida sem se afastar mais de oitenta quilómetros do local do seu nascimento – facto que faz com que as repetidas viagens de Fulque Nerra a Jerusalém e a posterior popularidade das Cruzadas à Terra Santa sejam ainda mais extraordinárias. A comunicação em massa como hoje a entendemos também não existia, uma vez que a maior parte das pessoas era analfabeta e a impressão ainda não havia sido inventada.

Contudo, no decorrer da Idade Média Central (entre 1000 e 1300), a civilização ocidental começou a mostrar sinais seguros de desenvolvimento e expansão. A urbanização acelerou lentamente e o crescimento da população nas vilas e cidades contribuiu para estimular a recuperação económica e o

renascimento de uma economia de base monetária. Entre as comunidades que lideraram o ressurgimento do comércio de longa distância estavam os mercadores marítimos de Itália, sediados em cidades como Amalfi, Pisa, Génova e Veneza. Outros grupos demonstravam uma nítida propensão para a conquista militar. Os normandos do Norte de França (descendentes de colonos viquingues) mostravam-se particularmente enérgicos em meados do século XI, colonizando a Inglaterra anglo-saxónica e conquistando o Sul da Itália e a Sicília aos bizantinos e aos árabes do Norte de África. Entretanto, na Península Ibérica, diversos reinos cristãos começavam a alargar as suas fronteiras para sul, reconquistando território aos muçulmanos.

Enquanto os europeus ocidentais começaram a olhar para lá dos seus iniciais horizontes medievais, as forças mercantis e conquistadoras deixaram-nos num contacto mais próximo com o mundo e com as grandes civilizações do Mediterrâneo: o antigo Império Bizantino «Romano do Oriente» e o extenso império do mundo árabo-islâmico. Estas «superpotências» há muito estabelecidas eram centros históricos de riqueza, cultura e poder militar. Como tal, tendiam a considerar o Ocidente como pouco mais do que um bárbaro remanso – a pátria lúgubre de tribos selvagens que podiam ser ferozes guerreiros, mas que, na sua essência, não eram mais do que uma ralé impossível de controlar e, como tal, não representavam uma ameaça real. A chegada dos cruzados ajudaria a derrubar esta dinâmica, ainda que confirmasse muitos destes preconceitos³.

Cristandade latina

O domínio romano durante a Antiguidade teve, sem dúvida, um efeito profundo em todos os aspetos da história do Ocidente, mas o legado mais importante e duradouro do império foi a cristianização da Europa. A decisão de Constantino, o Grande, de abraçar o cristianismo – então, uma seita oriental menor –, após uma «visão» em 312 d. C., catapultou esta fé para o palco mundial. Em menos de um século, o cristianismo desalojara o paganismo como religião oficial do império e, por meio da influência romana, a «mensagem de Cristo» espalhou-se pela Europa. Mesmo enquanto o estado político que lhe dera este impulso vacilava, a fé cristã ganhava força. Os novos chefes «bárbaros» da Europa converteram-se e não tardaram a reivindicar o direito divinamente ordenado de governar as suas tribos como reis.

O grande unificador Carlos Magno autodenominou-se um soberano «sacral», ou sagrado – aquele que detinha o direito e a responsabilidade de defender a fé. No século XI, o cristianismo latino (assim designado por causa da língua das suas escrituras e rituais) havia penetrado em quase todos os cantos do Ocidente*.

Uma figura central neste processo foi o papa, em Roma. A tradição cristã sustentava que havia cinco grandes pais – ou patriarcas – da Igreja espalhados pelo mundo mediterrânico: em Roma, Constantinopla, Antioquia, Jerusalém e Alexandria. Mas o bispo de Roma – que viria a chamar-se «papa» (pai) – fez por reivindicar a sua preeminência entre todos eles. Ao longo da Idade Média, o papado lutou não apenas para afirmar os seus «direitos» ecuménicos (mundiais), mas também para exercer uma significativa autoridade sobre a hierarquia eclesiástica do Ocidente latino. O declínio dos impérios romano e carolíngio perturbou as estruturas de poder no seio da Igreja, assim como o havia feito na esfera secular. Em toda a Europa, os bispos conheceram séculos de independência e autonomia do controlo papal, a maioria dos prelados devendo a sua primeira lealdade aos senhores políticos locais e aos reis «sacrais» do Ocidente. No princípio do século XI, os papas tinham dificuldade em simplesmente fazer sentir a sua vontade no Centro de Itália e, nas décadas que se seguiram, por vezes, deram por si exilados da própria Roma.

Não obstante, seria um papa romano a lançar as Cruzadas, levando dezenas de milhares de latinos a pegar em armas e lutar em nome do cristianismo. Por si só, este feito notável serviu para alargar e fortalecer o poder papal, mas a pregação destas guerras santas não deve ser vista como um ato puramente cínico e egoísta. O papel do papado enquanto progenitor das Cruzadas ajudou a consolidar a autoridade eclesiástica romana em regiões como a França e, pelo menos no início, as forças cruzadas pareciam seguir as ordens do papa, funcionando quase como exércitos papais. Mesmo assim, é provável que estivessem em jogo motivos mais altruístas. Muitos papas medievais parecem sinceramente ter acreditado que tinham um dever mais amplo de proteger a cristandade. Também esperavam, após a morte, responder a Deus pelo destino de cada alma outrora a seu cargo. Ao construir um ideal de

* Os adeptos deste ramo latino do cristianismo – que, hoje, é mais comumente conhecido como catolicismo romano – são descritos com maior precisão num cenário medieval como «latinos».

guerra santa cristã – no qual atos de violência santificada realmente ajudariam a livrar do pecado a alma de um guerreiro –, o papado estava a abrir um novo caminho da salvação para o seu «rebanho» latino.

Com efeito, as Cruzadas foram apenas uma expressão de uma vontade muito mais ampla de rejuvenescer a cristandade ocidental, defendida por Roma a partir de meados do século XI no chamado «movimento reformista». No que dizia respeito ao papado, quaisquer falhas no seio da Igreja eram apenas os sintomas de um mal mais profundo: a influência corruptora do mundo secular, há muito consagrada pelos laços entre clérigos e soberanos leigos. E a única forma de quebrar o poder que imperadores e reis tinham sobre a Igreja era o papa finalmente concretizar o seu direito divino à autoridade suprema. O proponente mais sonoro e extremo destes pontos de vista foi o papa Gregório VII (1073-1085). Gregório acreditava ardentemente que havia sido colocado na Terra para transformar a cristandade, assumindo o controlo absoluto dos assuntos eclesiásticos latinos. Em nome desta ambição, estava disposto a recorrer a praticamente todos os meios disponíveis – até ao potencial recurso à violência, posta em prática por servos papais aos quais chamava «soldados de Cristo». Embora Gregório tenha ido demasiado longe demasiado depressa e concluído o seu pontificado num ignominioso exílio no Sul de Itália, os seus ousados passos contribuíram, em muito, para promover as causas gémeas da reforma e do empoderamento papal, estabelecendo uma plataforma a partir da qual um dos seus sucessores (e antigo conselheiro), o papa Urbano II (1088-1099), viria a instigar a Primeira Cruzada⁴.

O apelo de Urbano a uma guerra santa encontrou um público recetivo em toda a Europa, em grande parte devido à atmosfera religiosa que predominava no mundo latino. Em todo o Ocidente, o cristianismo era uma fé quase universalmente aceite e, em contraste com a sociedade europeia secularizada da atualidade, o século XI foi uma era profundamente espiritual. Estava-se perante um cenário no qual a doutrina cristã fazia virtualmente parte de todas as facetas da vida humana – desde o nascimento e a morte até ao dormir e comer, ao casamento e à saúde –, e os sinais da onnipotência de Deus eram claros para todos, manifestados por intermédio de atos de cura «milagrosa», revelação divina e portentos terrestres e celestiais. Conceitos como amor, caridade, obrigação e tradição ajudaram a moldar as atitudes medievais em relação à devoção, mas talvez a mais poderosa influência condicionante tenha sido o medo; o mesmo medo que levou Fulque

Nem a acreditar que a sua alma estava em perigo. A Igreja latina do século XI ensinava que todo o ser humano enfrentaria um momento em que seria julgado – a chamada «pesagem das almas». A pureza traria a recompensa eterna da salvação celestial, mas o pecado resultaria em condenação e numa eternidade de tormento infernal. Para os fiéis de então, a realidade visceral dos perigos envolvidos era evidenciada pelas imagens que, na arte e escultura religiosa, mostravam os castigos sofridos por aqueles que fossem considerados impuros: miseráveis pecadores estrangulados por demónios; os malditos conduzidos para os fogos do mundo inferior por diabos hediondos.

Nestas circunstâncias, não era de surpreender que a maioria dos cristãos latinos medievais estivesse obcecada com o pecado, a contaminação e a iminente vida após a morte. Uma expressão extrema do desejo premente de seguir uma vida cristã imaculada e perfeita era o monaquismo – no qual monges ou freiras faziam votos de pobreza, castidade e obediência e viviam em comunidades ordenadas, dedicando-se a Deus. No século XI, uma das formas mais populares de vida monástica era a defendida pela abadia borgonhesa de Cluny, no Leste de França. O movimento de Cluny conheceu uma expansão que se viria a traduzir em cerca de duas mil casas dependentes desde a Inglaterra à Itália e conheceu uma influência de longo alcance, principalmente com o intuito de ajudar a desenvolver e promover os ideais do movimento reformista. O seu poder encontrava-se no ponto mais alto durante a década de 1090, quando Urbano II, ele próprio um antigo monge de Cluny, ocupou o cargo papal.

É claro que as exigências do monaquismo estavam além das possibilidades da maioria dos cristãos medievais. E, para os leigos e leigas comuns, o caminho até Deus encontrava-se repleto de riscos de transgressão, isto porque muitos aspetos aparentemente inevitáveis da existência humana – como o orgulho, a fome, a luxúria e a violência – eram considerados pecaminosos. Todavia, encontrava-se disponível toda uma série de «remédios» salvíficos interligados (embora os seus fundamentos teóricos e teológicos ainda tivessem de ser plenamente melhorados). Os latinos eram encorajados a confessar as suas ofensas a um padre, que, em seguida, lhes atribuíria uma penitência adequada, cuja execução alegadamente anulava a mancha do pecado. O mais comum de todos os atos penitenciais era a oração, mas a doação de esmolas aos pobres, ou para casas religiosas, e a realização de uma viagem devocional purgativa (ou peregrinação) também eram populares. Estes atos meritórios também podiam ser levados a cabo fora do enqua-

dramento formal da penitência, fosse como uma espécie de adiantamento espiritual ou para pedir ajuda a Deus ou a um dos seus santos.

Fulque Nerra agia de acordo com esta estrutura de crença estabelecida quando procurou a salvação no início do século XI. Um dos remédios que pôs em prática foi a fundação de um novo mosteiro no seu condado de Anjou, em Beaulieu. Segundo o seu próprio testemunho, Fulque fê-lo «para que os monges lá se reunissem e rezassem dia e noite pela redenção da [minha] alma». Esta noção de tirar proveito da energia espiritual produzida nos mosteiros através de um patrocínio leigo ainda se encontrava ativa em 1091, quando Gastão IV, um nobre de Béarn (Sul de França), decidiu doar algumas propriedades à casa cluniacense de Sante-Foi, em Morlaàs, na Gasconha. Gastão era um defensor declarado do papado reformista, fez campanha contra os mouros da Península Ibérica em 1087 e tornar-se-ia cruzado. O documento legal que regista a sua doação a Sante-Foi afirmava que ele agia em benefício da sua própria alma, das de sua mulher e filhos, e na esperança de que «Deus nos ajude neste mundo em todas as nossas necessidades, e no futuro nos conceda a vida eterna». De facto, nos tempos de Gastão, a maior parte da nobreza leiga da cristandade ocidental usufruía de idênticas ligações bem estabelecidas com mosteiros, o que teve um efeito marcante na velocidade com que o entusiasmo das Cruzadas se espalhou pela Europa a partir de 1095. Em parte, porque o voto feito pelos cavaleiros que se comprometiam com a guerra santa refletia aquele que era feito pelos monges – uma semelhança que parecia confirmar a eficácia da luta em nome de Deus. Ainda mais importante era o facto de o papado, com as suas ligações a casas religiosas como a de Cluny, depender dos mosteiros do Ocidente latino para ajudar a difundir e apoiar o apelo à Cruzada.

O segundo caminho para a salvação abraçado por Fulque Nerra foi a peregrinação e, tendo em conta as suas múltiplas viagens a Jerusalém, evidentemente que considerava esta forma particular de devoção penitencial especialmente atraente – escreveu mais tarde que a força purificadora das suas experiências o deixou «muito animado [e] exultante». Com frequência, os peregrinos latinos deslocavam-se a lugares menos distantes – incluindo grandes centros como Roma e Santiago de Compostela (no Nordeste de Espanha) e até santuários e igrejas locais –, mas a Cidade Santa estava rapidamente a impor-se como o destino mais reverenciado. A santidade incomparável de Jerusalém também se refletia na prática medieval comum de situar esta cidade no centro dos mapas que representavam o mundo. Tudo isto

teve uma influência direta na reação exultante à pregação da Cruzada, uma vez que a guerra santa era apresentada como uma forma de peregrinação armada que tinha Jerusalém como seu objetivo final⁵.

Guerra e violência na Europa latina

Ao lançar as Cruzadas, o papado procurou recrutar membros de um grupo social acima de todos os outros: os cavaleiros da Europa latina. No século XI, esta classe militar ainda se encontrava num estágio inicial de desenvolvimento. A característica fundamental da cavalaria medieval era a capacidade de guerrear do alto de uma sela*. Os cavaleiros estavam quase sempre acompanhados por, pelo menos, quatro ou cinco homens apeados que podiam fazer as vezes de servos – cuidando da montada, do armamento e do bem-estar do seu amo –, mas que também eram capazes de combater como soldados de infantaria. Quando as Cruzadas começaram, estes homens não eram membros de exércitos permanentes a tempo inteiro. Na sua maioria, os cavaleiros eram guerreiros, mas também senhores ou vassalos, proprietários de terras e agricultores – que esperavam dedicar não mais do que alguns meses por ano à guerra, sendo que não era habitual combaterem em grupos definidos e bem treinados.

As formas de guerra correntes na Europa do século XI, familiares a quase todos os cavaleiros, envolviam uma mistura de incursões de curta distância, escaramuças – que eram geralmente uma situação irregular, caracterizada por um combate caótico a curta distância – e cercos aos muitos castelos de madeira ou de pedra espalhados por todo o Ocidente. Poucos soldados

* Segundo os padrões atuais, os cavalos de guerra do século XI eram relativamente pequenos – de facto, com uma média de doze palmos de altura, hoje, a maioria seria classificada como pouco mais do que pôneis. Mesmo assim, a sua aquisição era extremamente dispendiosa, assim como a sua manutenção (exigindo ração, ferraduras e os cuidados de um escudeiro exclusivo). A maioria dos cavaleiros também precisava de, pelo menos, uma montada mais ligeira para viajar. Mas, embora pequenos, estes cavalos de guerra não deixavam de proporcionar aos guerreiros enormes vantagens no combate corpo a corpo em termos de altura, alcance, velocidade e mobilidade. Enquanto o equipamento, as técnicas de combate e o treino foram melhorando, os cavaleiros montados numa sela com estribos (e, como tal, mais estável) também adquiriram a capacidade de transportar uma lança pesada ou uma lança sob o braço e aprenderam a cooperar numa investida em massa. A força bruta deste tipo de ataque era capaz de esmagar por completo um inimigo desprevenido.

latinos tinham experiência em batalhas campais de grande escala, visto que esta forma de conflito era incrivelmente imprevisível e, como tal, geralmente evitada. Praticamente nenhum teria lutado numa campanha prolongada e de longo alcance do género praticado nas Cruzadas. Como tal, as guerras santas no Oriente exigiriam que os guerreiros da cristandade latina se adaptassem e melhorassem algumas das suas aptidões marciais⁶.

Antes da pregação da Primeira Cruzada, a maioria dos cavaleiros latinos ainda considerava inerentemente pecaminosos os atos que envolvessem derramamento de sangue, mas já se haviam habituado à ideia de que, aos olhos de Deus, certas formas de guerra eram mais justificáveis do que outras. Existia também uma noção de que o papado poderia ser capaz de sancionar a violência.

À primeira vista, o cristianismo parece ser uma fé pacifista. Os Evangelhos do Novo Testamento registam muitas ocasiões em que Jesus parece rejeitar ou proibir a violência: desde a sua advertência de que aquele que vivesse pela violência morreria pela violência até à exortação do Sermão da Montanha, ao dar a outra face. O Antigo Testamento também parece dar uma orientação clara no que respeita à violência, com o mandamento judaico: «Não matarás.» No primeiro milénio depois de Cristo, todavia, os teólogos cristãos que ponderavam a união entre a sua fé e o império militar de Roma começavam a questionar se as Escrituras realmente continham uma condenação tão perentória da guerra. O Antigo Testamento certamente parecia equívoco, uma vez que, enquanto história da luta desesperada dos hebreus pela sobrevivência, descrevia uma série de guerras santas sancionadas por Deus. Isto dava a entender que, nas circunstâncias certas, até uma guerra vingativa ou agressiva podia ser permitida; e, no Novo Testamento, Jesus dizia que não vinha trazer a paz, mas uma espada, e usava um chicote de corda para expulsar os vendilhões do Templo.

O mais influente pensador cristão primevo a debater-se com estas questões foi o bispo norte-africano Santo Agostinho de Hipona (354-430 d. C.). A sua obra lançaria as bases sobre as quais o papado acabaria por assentar a noção de Cruzada. Santo Agostinho afirmava que uma guerra podia ser legítima e justificável se travada sob condições estritas. As suas complexas teorias seriam posteriormente simplificadas em apenas três pré-requisitos para uma guerra justa: proclamação por uma «autoridade legítima», como um rei ou bispo; uma «causa justa», como a defesa na presença de um ataque inimigo ou a recuperação de território perdido; e execução com uma

«intenção correta», ou seja, com a menor violência possível. Estes três princípios agostinianos sustentavam o ideal da Cruzada, mas ficavam muito aquém de defender uma santificação da guerra.

No início da Idade Média, a obra de Agostinho era encarada como uma demonstração de que determinadas formas inevitáveis de conflito militar podiam ser «justificadas» e, como tal, aceitáveis aos olhos de Deus. Mas combater segundo estes termos não deixava de ser pecaminoso. Em contraste, acreditava-se que uma guerra santa cristã, como uma Cruzada, era ativamente apoiada por Deus, sendo capaz de trazer benefícios espirituais a quem participasse. O abismo que separa estas duas formas de violência apenas seria vencido após séculos de esporádica e incremental experimentação teológica. Este processo foi acelerado pelo entusiasmo marcial dos soberanos «bárbaros» pós-romanos da Europa. A cristianização destes últimos instilou uma nova aceitação «germânica» da guerra e da vida guerreira na fé latina. Com os carolíngios, por exemplo, os bispos começaram a patrocinar e até a dirigir brutais campanhas de conquista e conversão contra os pagãos da Europa Oriental. E, no virar do milénio, tornara-se relativamente comum que o clero cristão abençoasse armas e armaduras, sendo que se celebravam as vidas de vários «santos guerreiros».

Durante a segunda metade do século XI, o cristianismo latino começou a aproximar-se cada vez mais da aceitação da guerra santa. Nas fases iniciais do movimento reformista, o papado começou a aperceber-se da necessidade de um braço militar para reforçar a sua agenda e manifestar a sua vontade. Isto levou a que uma sucessão de papas experimentasse o patrocínio de guerras, instando apoiantes cristãos a defender a Igreja em troca de formas de recompensa espiritual vagamente expressas. Foi sob a vigorosa orientação do papa Gregório VII que a doutrina e a aplicação da violência sagrada deram um salto em frente. Com a intenção de recrutar um exército pontifício leal a Roma, decidiu reinterpretar a tradição cristã. Durante séculos, os teólogos haviam caracterizado a batalha interior e espiritual que os cristãos devotos travavam contra o pecado como a «guerra de Cristo», e os monges, por vezes, eram descritos como os «soldados de Cristo». Gregório distorceu esta ideia de forma a adequar-se ao seu objetivo, proclamando que toda a sociedade leiga tinha uma obrigação primordial: defender a Igreja latina como «soldados de Cristo» por meio de uma guerra física real.

No início do seu pontificado, Gregório traçou planos para um grande empreendimento militar que pode ser considerado o primeiro protótipo real

de uma Cruzada. Em 1074, tentou lançar uma guerra santa no Mediterrâneo Oriental em socorro dos cristãos ortodoxos gregos de Bizâncio, que estavam, segundo o papa, «a ser diariamente chacinados como gado» pelos muçulmanos da Ásia Menor. Aos latinos que lutassem nesta campanha era prometida uma «recompensa celestial». Mas este grandioso projeto fracassou por completo, registrando um recrutamento muito limitado, talvez porque Gregório havia ousadamente declarado a sua intenção de liderar a campanha em pessoa. A formulação do papa, em 1074, de uma ligação entre o serviço militar a Deus e a resultante recompensa espiritual ainda sofria de uma falta de especificidade. Mas, no início da década de 1080, no auge do conflito com o imperador germânico, Gregório deu um passo crucial rumo ao esclarecimento. Escreveu que os seus partidários deviam lutar contra o imperador e enfrentar «o perigo da batalha vindoura para remissão de todos os seus pecados». Isto parecia indicar que, em termos de purificação da alma, a participação nesta luta sagrada tinha a mesma capacidade de purificar a alma que outras formas de penitência, visto que prometia, tal como uma peregrinação, ter tanto de difícil como de perigosa. Esta explicação mais lógica para a qualidade redentora da violência santificada não vingou, mas criou um importante precedente para os papas posteriores. Com efeito, a própria novidade da abordagem radical de Gregório à militarização da cristandade latina suscitou a censura de alguns contemporâneos, e nos círculos eclesiásticos seria acusado de se envolver em práticas «novas e inauditas em todos os séculos». A sua visão era tão extremada que, quando o seu sucessor, o papa Urbano II, apresentou um ideal mais comedido e cuidadosamente construído, pareceu quase conservador e, como tal, foi alvo de menos críticas⁷.

Gregório VII havia deixado a teologia latina à beira da guerra santa, argumentando que o papa tinha o manifesto direito de convocar exércitos para lutar por Deus e pela Igreja latina. Também percorreu um caminho considerável para fundamentar o conceito de uma violência santificada no enquadramento de uma estrutura penitencial – uma ideia que faria parte da essência da Cruzada. Não obstante, Gregório não pode ser considerado o principal arquiteto das Cruzadas porque foi claramente incapaz de construir uma noção convincente de guerra santa que encontrasse eco nos cristãos da Europa. Essa seria a obra do papa Urbano II.